

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003378-68.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Cássia Paulino da Silva**
 Requerido: **Banco Ibi S.a. Banco Multiplo**

CÁSSIA PAULINO DA SILVA ajuizou ação contra **BANCO IBI S.A. BANCO MULTIPLO**, pedindo a declaração de inexistência do débito lançado em seu nome, a exclusão da anotação em cadastro de devedores e a condenação do réu ao pagamento de indenização por dano moral. Alegou, para tanto, que desconhece a dívida a ela atribuída pelo réu.

Deferiu-se a tutela de urgência.

O réu foi citado e apresentou defesa, aduzindo em preliminar a falta de interesse processual. No mérito, defendeu a legalidade da cobrança em razão da inadimplência da autora e a ausência de dano moral indenizável.

Em réplica, a autora insistiu nos termos iniciais.

O processo foi saneado, repelindo-se a preliminar arguida e deferindo-se a produção de prova documental.

Manifestaram-se as partes.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

É incontroverso nos autos que o débito que originou a inclusão do nome da autora em cadastro de devedores decorre de uma compra por ela realizada no estabelecimento comercial C&A Modas (fl. 13), mediante a utilização do cartão de crédito administrado pela instituição financeira ré.

Caberia à autora efetuar o pagamento da dívida em oito prestações mensais, cada qual de R\$ 91,54, vencendo-se a primeira no mês de outubro de 2015. Ocorre que, visando a quitação imediata do débito e a consequente redução dos juros cobrados, ela

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

acordou com o banco a realização de dois adimplementos antecipados, um de R\$ 156,63 (fls. 15) e outro de R\$ 382,15 (fls. 18), devendo receber, em contrapartida, os descontos de R\$ 30,44 e R\$ 167,09.

Não há dúvidas de que tais adimplementos foram realizados pela autora, conforme demonstram os lançamentos realizados nas faturas de fls. 47/48.

Nota-se, entretanto, que na fatura referente ao mês de outubro de 2015 (fl. 48) o réu não só realizou o estorno de R\$ 81,36 ao invés de R\$ 167,09, como também não providenciou o desconto da parcela nº 02/08, inviabilizando o adimplemento da dívida contraída pela autora. Melhor explicitando, com o crédito decorrente da diferença entre o estorno prometido e aquele efetivamente realizado ($R\$ 167,09 - R\$ 81,36 = R\$ 85,73$) e com o desconto de mais uma parcela de R\$ 91,54, a fatura estaria zerada, e não apresentando um crédito em favor da autora de R\$ 5,81.

Nesse sentido, é evidente a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito, pois a quitação prometida à autora somente não ocorreu por desídia da própria instituição financeira, que não realizou o desconto dos juros da forma ofertada (fl. 18) e não lançou a parcela nº 02/08 no mês de outubro de 2015, ensejando, com isso, a incidência de outros encargos no mês seguinte, em nítido desrespeito aos direitos da consumidora.

O dano moral é presumido (*in re ipsa*), consequência direta da indevida inscrição do nome da autora em cadastro de devedores, por dívida já quitada. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DA INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR. RAZOABILIDADE. 1. A manutenção indevida do nome da devedora no cadastro de inadimplentes enseja o dano moral *in re ipsa*, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos. 2. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Precedentes. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1342805/RS, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 23.3.2015).

"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇO DE TELEFONIA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. REVISÃO DO QUANTUM. SÚMULA 7/STJ. 1. A inscrição indevida do nome do usuário de serviço público em cadastro de

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

inadimplentes gera o direito à indenização, independentemente da comprovação do dano moral, que, na hipótese, é in re ipsa. 2. Ressalvadas as hipóteses de valor irrisório ou excessivo, é vedada, no âmbito do recurso especial, a rediscussão do montante indenizatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1481057/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe 18.3.2015).

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o homo medius, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimativa é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 6.000,00.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** para declarar a inexistência da relação jurídica de débito e crédito entre a autora e o réu, no tocante à cobrança alusiva ao contrato nº 5140040385144000, e determinar o cancelamento da anotação em cadastro de devedores, confirmando a tutela de urgência. Além disso, condeno o réu a indenizar o dano moral decorrente, mediante o pagamento da importância de R\$ 6.000,00 em favor da

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

autora, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios, à taxa legal, desde a data da citação.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 03 de julho de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**